

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Keila Raiany Pereira Silva;
Discente da Unimontes
keilaraiany@gmail.com

Co-autores:
Lincoln Valério Andrade Rodrigues;
Laniel Aparecido Bueno

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro do Autismo. Educação Especial.

O movimento mundial pela educação inclusiva do Ministério da Educação é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhuma discriminação. Segundo *Carvalho e Araújo (2011)* a escola vem demonstrando dificuldade para atender esta diversidade humana, perdurando em meio às instituições de ensino, a educação especial organizada de forma paralela à educação comum, o que resulta em práticas que enfatizam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica. No Brasil, em 2016, é estimado pela Associação Brasileira de Autismo aproximadamente 600 mil pessoas autistas. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Inclui-se nesse grupo, estudantes portadores de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O objetivo deste trabalho é analisar o processo de escolarização aplicado ao Transtorno do Espectro do Autismo dentro da perspectiva da Política Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva. Foi realizada uma revisão sistemática de literatura, exploratória, elaborada a partir de material publicado entre os anos de 2010 a 2016 disponibilizadas online: MEDLINE/PUBMED, SCIELO e LILACS. A preparação dessa revisão ocorreu de maneira criteriosa, utilizando os seguintes descritores: “*special education*”, “*inclusive education*”, “*Autism spectrum disorder*”, “*common education*”. Ao todo, 126 publicações foram encontradas, após análise, 115 foram excluídas pelo tipo de estudo, metodologia aplicada e relação com o tema. Os estudos pesquisaram a relação entre o relacionamento de educadores de escola comum e alunos com TEA de segunda e terceira séries e observaram que, nos casos em que os professores percebiam mais positivamente seu relacionamento com os alunos com TEA, o índice de problemas comportamentais dessas crianças foi menor, e foram mais socialmente incluídas na sala de aula. Outro estudo investigou, através de entrevistas, as concepções de 10 professores e 6 diretores de escolas públicas do Ensino Fundamental sobre a experiência de inclusão. Foram identificadas diversas dificuldades apontadas pelos professores, tais como a falta de orientação, estrutura e recursos pedagógicos. Especificamente sobre o TEA, os autores apontam a necessidade de orientação aos professores, pois é a falta de conhecimento a respeito do transtorno que os impede de identificar as necessidades de seus alunos. “Na medida em que o sujeito é visto somente sob o ângulo de suas limitações, a crença na sua educabilidade e possibilidades de desenvolvimento estará associada à impossibilidade de permanência deste sujeito em espaços como o ensino comum” (JORDAN, 2011). Um estudo exploratório, dos autores *Goldberg et al. (2010)*, sobre as expectativas dos professores frente à possibilidade de inclusão de alunos com autismo, demonstrou que os educadores manifestaram uma tendência a centralizar suas preocupações em fatores pessoais como, por exemplo, medo e ansiedade frente à sintomatologia mais do que à criança em si; entre os principais temores, estava a dúvida em lidar com a agressividade dos alunos. Neste mesmo estudo foi relatado a tendência dos professores em adotar

estratégias que, de certa forma, inibem a expressão dos sintomas autistas. Tal estratégia era utilizada mais como uma tentativa de minimizar a própria ansiedade do que como uma prática pedagógica. Resultado semelhante foi obtido no estudo de *Baptista et al. (2013)* sobre a educação de crianças com transtornos de desenvolvimento, concluindo que muitos educadores resistem ao trabalho com crianças autistas devido a temores em não saber lidar com a agressividade delas. “O trabalho pedagógico integrador transforma limitações em um desafio para todos, através de uma postura de confiança na capacidade de mudança do aluno, em situações de confronto” (BAPTISTA, 2015). Alguns estudos demonstram que, quando isso ocorre e os professores estão adequadamente envolvidos no processo de inclusão, é possível verificar importantes ganhos para o desenvolvimento de crianças com autismo incluídas no ensino comum. Um exemplo é o estudo realizado por *Serra (2014)*, que buscou verificar os efeitos da inclusão em escola comum nos comportamentos de um menino de sete anos com autismo. Os resultados obtidos através de uma avaliação da dinâmica familiar e escolar e da própria criança mostraram que a inclusão trouxe alguns benefícios, por exemplo, a criança apresentou melhora significativa da concentração nas atividades propostas, bom relacionamento com os colegas e no comportamento de atender a ordens. Constataram-se, ainda, efeitos positivos da inclusão na família, em função do maior investimento desta na aprendizagem da criança e um aumento na credibilidade nas potencialidades do filho. A partir da análise qualitativa de uma entrevista, *Li, (2010)* investigou a perspectiva de cinco pais de crianças com TEA quanto ao sucesso da inclusão escolar. Verificou-se que os pais observaram benefícios da inclusão na escola comum comparados aos da educação especial e o aumento das habilidades cognitivas, sociais e de comunicação, embora com dificuldades de generalização dessas habilidades para outros contextos. De forma similar, *Yang et al. (2015)* verificaram notáveis ganhos na interação social recíproca e simbólica de crianças com TEA que participaram de jogos e brincadeiras em grupo, sendo que o convívio escolar proporcionou essas oportunidades. Por outro lado, segundo *Chamberlain (2012)*, um processo de inclusão malsucedido pode aumentar os riscos de isolamento, rejeição dos pares e baixa qualidade de amizades. Entre os raros estudos encontrados na área da psicopedagogia sobre a inclusão escolar de crianças portadoras de TEA, foi constatado que poucas crianças autistas estão incluídas na rede comum de ensino se comparadas àquelas com outras deficiências, e que tal realidade se perdura devido à falta de preparo de escolas e professores para atender a demanda de inclusão. Nota-se, portanto, a necessidade de novas investigações sobre o tema para elucidar os reais benefícios da escola comum para as crianças com TEA nas dimensões da interação social, comunicação e funcionamento cognitivo.